

---

# SER Social

ALIMENTAÇÃO,  
ABASTECIMENTO E CRISE

Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021

---

## *O Negócio da Comida:* quem controla nossa alimentação?



The Business of Food: who controls our food? / El negocio de la alimentación: ¿quién controla nuestra comida?

Juliana Garcia Peres Murad<sup>1</sup>

ESTEVE, Esther Vivas. **O Negócio da Comida:** quem controla nossa alimentação? – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269p.

O livro de Esther Vivas Esteve, publicado no Brasil em 2017, é de leitura imprescindível, principalmente

---

1 Graduada em Psicologia (licenciatura, bacharel e psicóloga) pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia (*Stricto Sensu*) pela Universidade de São Paulo, Especialista em Psicologia Jurídica e Especialista em Psicologia Social. Assessora Técnica de Políticas de Cidadania do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça. E-mail: jumurad3@gmail.com; juliana.murad@cnj.jus.br

após as tragédias ambientais experimentadas no país no corrente ano – como os incêndios no Pantanal e na Floresta Amazônica brasileiros, que beneficiaram diretamente grileiros e proprietários rurais interessados no desmatamento; o progressivo aumento da perseguição aos movimentos sociais ligados à defesa da reforma agrária e das terras indígenas; e os brutais e recorrentes episódios de violência contra negros e negras, cujo exemplo mais recente foi o assassinato de um cliente em uma rede de hipermercados por seguranças da empresa. O livro se torna ainda mais importante no contexto atual, no qual se assiste à adoção de ações políticas que, paulatinamente, vêm desmontando a progressista perspectiva pautada no Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). Neste sentido, a autora aponta para a conexão entre a política e a fome ou insegurança alimentar, o que demanda a reflexão sobre quem são as pessoas que controlam os recursos naturais do mundo. De acordo com a autora, o significado político do alimento e a consciência do ato de comer são fundamentais para fazer frente ao atual sistema alimentar globalizado e padronizado.

Nesta obra, Esteve questiona o porquê da adoção de uma dieta padronizada e do consumo de produtos que não são produzidos localmente (os alimentos viajantes), e denuncia o impacto que isso provoca no meio ambiente e na esfera social, como o aumento das desigualdades e da pobreza no campo; a expulsão de pequenos agricultores de suas terras; o desaparecimento do campesinato e a conseqüente extinção de produtos locais; a destruição dos saberes agrícolas, das práticas tradicionais, dos conhecimentos gastronômicos, dos hábitos e saberes de diversas culturas e povos. Assim, os efeitos da alimentação padronizada não se reduzem à degradação do meio ambiente, das águas, do solo, da saúde humana e dos animais, mas englobam o aprofundamento da desigualdade social e da miséria.

No Brasil, a distribuição de alimentos é feita basicamente por três redes de supermercados, desestabilizando os mercados e a produção local, impondo um modelo de agricultura que descarta o pequeno agricultor, empobrece a atividade rural, fortalece a precarização do trabalho, enfraquece os comércios de bairro e reforça uma cadeia que concentra renda com objetivo de obter o máximo lucro.

O mercado, baseado em interesses puramente comerciais, promove um mundo com pouca diversidade agrícola e com muita precariedade alimentar. Esteve denuncia que a massificação do que se come, principalmente de produtos industrializados que utilizam algumas poucas variedades de alimento *in natura* (como óleo de palma, cana de açúcar, milho, laticínios, carnes, leite e soja), geram monoculturas e grandes pastagens baseadas em latifúndios rurais.

Desta forma, ressalta-se a ideia inicial do livro, do comer como ato político, pois, por meio dele, pode-se fortalecer o cultivo agroecológico, as comunidades rurais, as culturas ancestrais, as seleções de sementes. Por outro lado, a massificação da alimentação fortalece o grande proprietário, as sementes transgênicas, o modelo industrial e intensivo, a agroindústria, a centralidade do petróleo, os fertilizantes, pesticidas e insumos químicos, a concentração de terra, a monocultura e a consequente perda da cultura do alimento como ancestralidade, conhecimento e história. Isto perpassa o direito à diversidade produtiva e cultural dos alimentos e seu significado em cada nação.

Segundo Esteve, o ato político de comer perpassa a consciência da origem do alimento e de quem a sua produção favoreceu ou prejudicou. A autora adverte que o alimento nem sempre foi mercadoria, e que, na pré-história, havia grande diversidade de plantas consumidas pelos seres humanos: mais de 1500 espécies. Contudo, com o declínio de 75% da diversidade agrícola em apenas 100 anos e de 30% da biodiversidade, em apenas 33 (de 1970 a 2003), a ingestão de alimentos reduziu-se a poucas variedades e a padronização do gosto foi um dos fatores resultantes deste processo. Em 2003, por exemplo, milho, arroz, trigo e soja correspondiam a 70% do consumo alimentar humano. No Brasil, quase 90% da área agrícola é utilizada para a produção de apenas três produtos: soja, milho e arroz.

O livro também destaca o impacto dos transgênicos e do consumo dos agrotóxicos para a saúde humana e denuncia a falácia da apregoada “escolha na hora de comer”, já que poucas corporações comandam a produção e a distribuição de alimentos no planeta. Esse modelo de concentração envolve não somente as empresas que controlam a produção de alimentos, mas também o domínio das

sementes e da terra, a homogeneização alimentar, a destruição do meio ambiente, incluindo o consumo demasiado da água doce para a agricultura e para a pecuária.

Fundamental o destaque na obra de que este modelo de concentração não ocorre sem resistências. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais no Brasil e em outros países têm lutado pelo resgate da alimentação como direito e da mudança do modelo agroalimentar atual para a perspectiva camponesa, social e local da produção. Desta forma, preconiza-se não somente o consumo de alimentos orgânicos, mas luta-se por mudanças estruturais que promovam outra forma de produzir e circular comida, como a transformação das relações de produção, distribuição e consumo, livres de exploração do meio ambiente, da precarização das relações de trabalho, da submissão do pequeno agricultor às grandes corporações.

No primeiro capítulo, Esteve reflete sobre as causas da fome em um mundo que tem abundância de alimentos. A autora demonstra que a comida, no modo de produção atual, tornou-se refém da especulação financeira e dos interesses privados que visam à obtenção de lucros e menosprezam as necessidades coletivas. Desta forma, ela esclarece que a fome é um problema político, cuja solução depende da promoção de justiça social e de políticas de redistribuição de renda.

No segundo capítulo, Esteve discute a origem do que se come, discorrendo sobre a “dieta global ou moderna” – homogeneizada – que impacta milhares de variedades agrícolas que estão desaparecendo devido à agricultura industrial intensiva. Essa dieta se transforma em ameaça à própria biodiversidade, como também promove a perda de sabores e de nutrientes, das tradições, do meio de vida dos agricultores e da cultura alimentar. Assim, a autora defende que a manutenção, recuperação e troca de sementes camponesas são, mais do que nunca, fundamentais.

No capítulo três, a autora discorre sobre o êxodo rural causado pela monocultura e pelos latifúndios com cultura intensiva baseada na hegemonia das grandes propriedades e na ausência de apoio político dos governos e instituições para fomentar uma agricultura

baseada no modelo sustentável local, familiar e camponês, não somente na Espanha, como no restante da Europa. Dessa forma, Esteve apresenta a Via Campesina como o maior movimento internacional de pequenos agricultores, expressão da resistência que defende a libertação da agricultura do agronegócio, criando assim uma “identidade camponesa” politizada e global, composta por mulheres rurais, sem-terra, comunidades agrícolas indígenas, assalariados. A Via Campesina integra organizações de todo o planeta que atuam sob um novo conceito político: o de *soberania alimentar* – representando um passo além da segurança alimentar – que abarca o acesso aos meios de produção.

No quarto capítulo, a autora discorre sobre o papel central da mulher na agricultura e na alimentação, contudo aponta para o sistema patriarcal como responsável pela invisibilidade feminina, pela desigualdade de gênero. Neste capítulo, Esteve afirma que o novo campesinato é um movimento que dá visibilidade e importância ao papel das mulheres no campo.

No capítulo cinco, a autora versa sobre os transgênicos. Nele é demonstrado o poder do *lobby* do agronegócio na aprovação mundial do consumo de alimentos geneticamente modificados, mesmo sem que se conheça, a fundo, os perigos não apenas relacionados ao seu consumo por seres humanos, mas, igualmente, aos riscos ao meio ambiente, às abelhas e outros insetos essenciais para a polinização; ao solo e às águas, com o aumento decorrente da demanda por mais agrotóxicos nesse tipo de produção.

O capítulo 6 apresenta a centralidade da carne na alimentação e como isso afeta a saúde dos consumidores, o meio ambiente e a sociedade. A autora denuncia que a produção de carne é hegemonicamente baseada na crueldade animal, na violação dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e concentradora dos meios de produção e da terra.

No capítulo 7, é abordada a política a serviço do agronegócio e no capítulo 8, o poder dos supermercados com estratégias na distribuição de produtos transnacionais e na concentração do comércio varejista, regulando e regendo o que a população (que tem acesso à mercadoria comida) consome, visando: ao máximo de lucro para si;

à submissão do agricultor; aos baixos salários e intensificação do trabalho dos funcionários dos estabelecimentos comerciais; à política antissindical; à destruição do comércio local; às práticas de monitoramento e policiamento privado dos supermercados – resultando em violência, como o assassinato citado no início desta resenha; e às compras motivadas pelos jogos de *marketing*.

No capítulo 9, a autora discorre sobre a soberania alimentar. Neste trecho do livro, Esteve descreve como devolver às populações o controle dos recursos naturais e o poder de decisão sobre o que produzir, levando em conta sua cultura e história. A autora defende que a produção deve visar ao atendimento da segurança alimentar das pessoas e à preservação e conservação do meio ambiente, utilizando métodos ecológicos de produção a preços justos, sem intermediários, que obtenham produtos de qualidade, limpos de venenos e que sejam consumidos por indivíduos com consciência plena da cadeia produtiva.

Por fim, no penúltimo capítulo, a autora apresenta o comércio justo e, no último, invoca os leitores e as leitoras a tomar para si o controle da sua alimentação, enfatizando a necessidade de incorporar a luta por uma nova realidade global na prática cotidiana, que aproxime os consumidores dos produtores. Esteve finaliza defendendo o apoio às experiências de grupos e cooperativas pela comida de verdade, pelos produtos sazonais, produzidos na agricultura local, buscando, além de uma boa comida, a saúde, o preço justo, um mundo com justiça social. Para ela, a comida é um bom meio para iniciar este processo.

No entanto, apesar do tom crítico e dos dados que expõem a cruel faceta da produção e circulação de alimentos no mundo, Esteve adverte que o livro não pretende somente denunciar. Seu objetivo seria munir os leitores com informações que os tornem sujeitos do ato de comer, provocados pela leitura a se comprometer com um consumo alimentar consciente.

Aceito para publicação em 19/12/2020.